

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

Página 1/3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2020

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas - apresenta o Relatório de Administração desta Entidade, aí incluídos os resultados financeiros e operacionais do exercício de 2020.

No exercício de 2020, a CeasaMinas priorizou a geração de caixa livre positivo que totalizou R\$ 16,6 milhões, por meio da redução de custos/despesas e gestão do capital de giro.

Principalmente em função de novas licitações de concessões de áreas (14% da receita operacional da Companhia) e, do recebimento regular das Tarifas de Uso (56% da receita operacional da Companhia) provenientes dos Contratos de Concessão de Uso (CCU), em 2020, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 55,7 milhões, ou seja, equivalente a 2,6% superior à obtida em 2019. O EBITDA ajustado atingiu aproximadamente R\$ 11,8 milhões, no ano 2020, demonstrando a força da empresa em gerar caixa financeiro. Apenas com suas atividades operacionais, de 2019 para 2020, o indicador cresceu aproximadamente 15%.

O lucro líquido do exercício, em 2020, atingiu R\$ 5,4 milhões, apresentando uma redução de 12% em relação a 2019. No exercício de 2020, a empresa destinou R\$ 1,3 milhão para pagamento de dividendos.

A CeasaMinas

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas é uma sociedade de economia mista fundada em 1970 administrada pela União Federal, a qual é a maior acionista desde o ano 2000 (99,57% das ações com direito a voto).

Em 2020 na Unidade de Contagem, após 47 anos de operação, deu-se início a um importante marco histórico: a regularização fundiária e o registro imobiliário de sua área. Dessa forma, chega ao fim um gargalo sistêmico para a CeasaMinas, visto que, desde a federalização da estatal em 2000, o terreno da Unidade de Contagem estava registrado em nome do Estado de Minas Gerais.

1 Tarifa de Uso: Tarifa de aluguel mensal pela concessão de espaços à iniciativa privada.

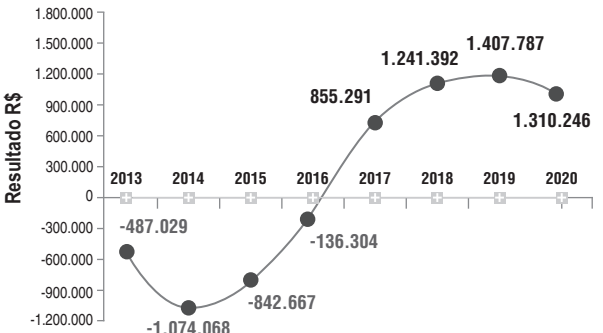
2 Contrato de Concessão de Uso (CCU) constituem a principal fonte de receita da empresa e refere-se aos contratos através dos quais a CeasaMinas concede, via licitação, áreas à iniciativa privada (lojistas) para a comercialização de produtos alimentícios e afins.

A concessão de áreas por tempo limitado para implantar, instalar e administrar, no Estado de Minas Gerais, centrais de abastecimento regionais e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios (operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola) constitui o objeto principal desta Estatal que visa, também, a implantação e promoção, nas suas áreas operacionais, de atividades afins, correlatas, similares ou mesmo atípicas a produtos alimentícios, de apoio direto ou indireto à produção, à comercialização e ao abastecimento em geral. Importante destacar, que a concessão de área por tempo limitado constitui a principal fonte de receita das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas.

Atualmente, o Complexo das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas – (i) possui seis entrepostos, localizados nos municípios mineiros de Contagem (Grande Belo Horizonte), Uberlândia, Juiz de Fora, Caratinga, Governador Valadares e Barbacena e, (ii) por meio de convênio de mútua cooperação com o Estado de Minas Gerais, administra a gestão financeira e operacional do Mercado Livre do Produtor existente nesses seis entrepostos e o pavilhão quatro da Unidade de Contagem. A gestão de um abastecimento alimentício eficiente pelo País é função precípua das diversas Centrais de Abastecimento. Através dos entrepostos existentes, busca-se sanar as deficiências de abastecimento decorrentes da heterogeneidade do Brasil em termos climáticos, geológicos, econômicos, sociais, culturais e regular os preços no mercado. Por fim, destaca-se a importância da CeasaMinas no sentido de reduzir o custo final do preço do alimento que chega ao consumidor final, tendo em vista que os entrepostos têm custo de operação significativamente mais baixos, comparativamente ao que se observaria se a distribuição de alimentos se desse diretamente do produtor rural para cada ponto de varejo.

Gestão dos Mercados Livres dos Produtores (MLPs) - Acordo de Cooperação entre a CeasaMinas e o Estado de Minas Gerais: O processo de federalização da CeasaMinas, ocorrido no ano de 2000, garantiu ao Estado de Minas Gerais, por força de Decreto Estadual, a posse de algumas áreas nos entrepostos da estatal. Dentre estes ativos, certamente os mais relevantes são os denominados Mercados Livres dos Produtores, que são espaços destinados exclusivamente à comercialização da produção mineira. O acesso a este pavilhão se dá a partir de cadastramento prévio, no qual o produtor faz uso de permissão de uso com tempo limitado, a partir de pagamento de tarifas acessíveis. As centrais de abastecimento brasileiras foram concebidas a partir da concepção de necessidade de interação ativa entre os agentes atuantes no mercado, quais sejam: produtores, lojistas e compradores. Desta forma, a gestão deste mercado necessariamente deve ser realizada de forma uníssona e centralizada, a partir da aplicação de regras e operacionalização padronizada. Diante desta situação, na prática, a gestão dos Mercados Livres dos Produtores, historicamente, sempre ficaram sob a tutela da CeasaMinas, mesmo depois de sua federalização. Esta situação, foi, ao longo dos anos, formalizada a partir de Acordos de Cooperação firmados, entre a CeasaMinas e a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, documentos estes que tem como objetivo, delegar à estatal a gestão técnica, operacional e financeira destes importantes mercados. A CeasaMinas, em busca da modernidade e eficiência em gestão, implementou, nos últimos anos importante ajustes na metodologia e sistemática de gestão, buscando, de forma incansável resultados favoráveis. Esta condição pode ser facilmente percebida quando comparado os resultados obtidos em convênios anteriores com aqueles auferidos no momento, o que resultou em uma reversão de prejuízos financeiros. Esta situação positiva permite à administração garantir importantes retornos ao próprio MLP, tais como: melhoria de infraestrutura, treinamentos para produtores, manutenções, apoio técnico, etc.

Evolução Resultado Financeiro MLPs - 2013 a 2020



Efeitos da Pandemia na CeasaMinas - A instalação da pandemia global do CORONA/VIUS afetou diretamente toda a sociedade mundial, trazendo reflexos sobre praticamente todos os setores, com repercussões sociais, econômicas, institucionais e políticas. Esta condição, necessariamente trouxe consigo, necessidade premente de adequações, sobretudo às rotinas dos setores produtivos. Na CeasaMinas esta condição obrigou a estatal a se ajustar às novas demandas, de forma a manter a regularidade e qualidade na prestação do serviço. Neste contexto, foram percebidas repercussões internas na empresa: • Estabelecimento, em conjunto com órgãos fiscalizadores, de protocolos e medidas de segurança para os usuários dos entrepostos; • Interação constante e rotineira com a empresa, a fim de garantir à população acesso a real situação do sistema de abastecimento alimentar; • A CeasaMinas sensível às suas responsabilidades sociais e institucionais, optou por não efetuar reajustes de tarifas anuais de suas tarifas praticadas nos seus entrepostos; • Com instalação da pandemia por todo o país, a CeasaMinas teve a oportunidade de se consolidar como importante meio de acesso do pequeno produtor ao mercado, como relevante ferramenta de execução de políticas públicas e, sobretudo, mais uma vez demonstrou a toda sociedade sua importância na manutenção do abastecimento da população, afastando,

de forma inconteste o risco de desabastecimento alimentar. Mesmo diante de todas as dificuldades impostas pela pandemia, segundo a Seção de Cobrança da CeasaMinas, os índices de inadimplência apresentaram um pequeno aumento, ficando a média anual de 2020 em 7,36%. O controle regular da inadimplência em conjunto com um critério de desembolso de despesas refletiu no resultado operacional e, consequentemente no caixa da empresa, que passou de R\$ 15 milhões em 2019 para R\$ 16,6 milhões ao final de 2020.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Desempenho da CeasaMinas no exercício de 2020

As Demonstrações Financeiras das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. CeasaMinas são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação % 2020/2019
Resultados (R\$ mil)			
Receita Operacional Líquida	55.758.465	54.316.377	2,65
Despesas Operacionais	41.612.629	41.226.831	0,94
Lucro Líquido	5.405.269	6.161.250	-12,27
Ebitda	11.805.158	10.298.939	14,62

• Em 2020, a receita operacional líquida apresentou aumento em relação a 2019, em função, principalmente, de licitações de concessões de áreas próprias que atingiram no ano o montante de aproximadamente R\$ 7,5 milhões, sendo que em 2019 foi de aproximadamente R\$ 7,0 milhões. • Com as despesas operacionais, ligeiramente superiores, na comparação do ano de 2020 com 2019, o lucro líquido apresentou redução de 12%. • O EBITDA consolidado apresentou aumento no ano de 2020, se comparado com o ano de 2019, em virtude, principalmente, dos impostos relacionados ao resultado do exercício:

Composição de Ebitda	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação % 2020/2019
Resultados (R\$)			
Lucro Líquido	5.405.269	6.161.250	-12,27
(+) Depreciação	1.397.512	1.416.109	-1,31
(+) Amortização	116.781	122.520	-4,68
(-) Despesa Financeira	427.948	248.794	72,01
(-) Receita Financeira	1.565.816	1.632.186	-4,07
(+) Contribuição Social	1.646.510	1.088.096	51,32
(+) Imposto de Renda	4.376.954	2.894.356	51,22
Ebitda	11.805.158	10.298.939	14,62

Resultado do Exercício e Lucro Líquido	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação % 2020/2019
Resultados (R\$ mil)			
Receita Operacional Bruta	55.758.465	54.316.377	2,65
Deduções da Receita Bruta	3.854.971	4.329.236	-10,95
Lucro Bruto	51.903.494	49.987.141	3,83
Despesas (Receitas) Operacionais	41.612.629	41.226.831	0,94
Despesas gerais administrativas	23.568.582	25.956.399	-9,20
Despesas de serviços e seguros	10.456.897	11.839.930	-11,68
Participação dos empregados e Administradores	402.838	365.824	10,12
Outras receitas operacionais	-	31.114	-100,00
Outras despesas operacionais	7.446.423	3.709.851	100,72
Reversão de Despesas	262.111	614.059	-57,32
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	10.290.865	8.760.310	17,47
Resultado financeiro líquido	1.137.868	1.383.392	-17,75
Despesas financeiras	427.948	248.794	72,01
Receitas financeiras	1.565.816	1.632.186	-4,07
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11.428.733	10.143.702	
Contribuição Social	1.646.510	1.088.096	51,32
Imposto de Renda	4.376.954	2.894.356	51,22
Lucro líquido do exercício	5.405.269	6.161.250	-12,27

O Lucro líquido em 2020 apresentou redução em relação a 2019, principalmente, em função do aumento de 100% em "Outras Despesas Operacionais". A receita operacional bruta da Companhia cresceu mais de 2% entre 2019 e 2020. O crescimento observado está diretamente relacionado com os processos de concessões de áreas próprias, via licitações, que passou de R\$ 7,0 milhões em 2019 para R\$ 7,5 milhões em 2020. Por outro lado, as despesas operacionais aumentaram aproximadamente 1% no período analisado, principalmente, em decorrência do crescimento apurado na rubrica de Outras Despesas Operacionais. Nessa rubrica são classificadas as provisões realizadas pela estatal:

	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação % 2020/2019
Resultados (R\$ mil)			
Outras Despesas Operacionais	7.466.423	3.709.850	100,72
Provisões Contingências Fiscais	-	-	0,00
Provisões Contingências Cíveis	1.087.201	-	0,00
Provisões Contingências Trabalhistas	5.799.898	1.950.027	197,43
Provisão de Crédito Liquidação Duvidosa	373.544	1.566.194	-76,15
	185.780	193.629	-4,05

As provisões de provisão nota-se que a variação ocorreu em função de demandas cíveis e trabalhistas. Segundo a Seção de Contabilidade, a provisão trabalhista foi realizada para atendimento das ações do biênio, conforme apontado no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício financeiro de 2019 da CeasaMinas, bem como, de demandas pleiteadas pelos funcionários do Departamento Jurídico da Estatal. Já a provisão das demandas cíveis, teve fundamento em bloqueios judiciais nas contas da CeasaMinas o que, forçou necessariamente, à Seção de Contabilidade realizar a provisão no valor acima demonstrado.

DIVIDENDOS

No exercício de 2020, a CeasaMinas destinou R\$ 1.283.751 para pagamento de dividendos.

INVESTIMENTO

No ano de 2020, os investimentos em ativo imobilizado e intangível totalizaram R\$ 205.282,00. Do valor total desembolsado no ano, 40% foram destinados para a manutenção da infraestrutura operacional, 17% para ativos de informática e 43% para a aquisição de bens móveis, máquinas e equipamentos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalente de caixa em conjunto com as aplicações financeiras apresentou elevação em relação a dezembro de 2019 de 10%, atingido mais de R\$ 16,6 milhões, sendo que em 2019 o saldo foi de R\$ 15 milhões.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da CeasaMinas, em dezembro de 2020, apresentou um crescimento de 11% em relação a dezembro de 2019, atingindo o montante de aproximadamente R\$ 43,3 milhões.

OPERAÇÕES DE NEGÓCIOS

O papel estratégico desempenhado por esta Estatal no sistema agroalimentar e, em especial, nas cadeias produtivas de frutas, legumes e verduras, decorre do modelo atacadista implantado no Brasil, baseado na regulação pública que atribui às centrais de abastecimento funções normativas e regulatórias na implantação de normas e padrões de comercialização, bem como na produção de estatísticas e

informações que contribuem efetivamente para a adequada regularização da oferta alimentar, atenuando as variações sazonais, proporcionando oferta de gêneros alimentícios às necessidades nacionais em termos de quantidade, preço e qualidade. Nesse sentido, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. CeasaMinas ocupa um elo nodal no sistema agroalimentar brasileiro e sua estratégia de atuação na execução das políticas públicas tem como premissas: • Implementar normas e padrões de comercialização, bem como de produção de estatísticas e informações que contribuem efetivamente para o controle e o planejamento da oferta alimentar; • Políticas públicas voltadas para a difusão de padrões de segurança alimentar baseada em boas práticas, adoção de padrões sanitários adequados, modernização do uso de embalagens e manuseio e a promoção da qualidade comercial; • Estimulo a práticas e técnicas de aproveitamento integral de alimentos e o benefício para comunidades carentes e instituições de caráter assistencial; • Estimulo à modernização da produção, pós-colheita e comercialização de hortifrutícolas e; • Indução de padrões de comportamento no setor e no mercado nacional de abastecimento alimentar. Na promoção de suas políticas públicas voltadas para a difusão da segurança alimentar, a CeasaMinas possui um parceiro importante: o Instituto CeasaMinas. Instalado na Unidade de Contagem, o Instituto CeasaMinas é uma organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos que tem por objetivo principal trabalhar para evitar o desperdício de alimentos, destinando-os para pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco alimentar. A instituição recolhe diariamente junto a concessionários e produtores da Unidade de Contagem alimentos que perderam o valor comercial, mas que ainda preservam características sanitárias e nutricionais. Esses produtos são selecionados, higienizados e distribuídos para mais de 180 instituições cadastradas. Segundo dados do Instituto, em 2020, foram beneficiadas semanalmente 27.489 pessoas, aproximadamente 1,4 toneladas de alimentos em natura foram doadas, 181 instituições foram atendidas semanalmente, chegando as ações do Instituto a atingirem 20 municípios. Além desse importante trabalho de distribuir alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco alimentar, o Instituto no desenvolvimento de suas ações contribui para a redução das despesas com altero sanitário. Caso não houvesse a coleta e distribuição dos alimentos, de acordo com dados do Instituto, o lixo gerado pelo desperdício dos alimentos atingiria a 2.400 toneladas/ano que a um valor de R\$ 85,00/tonelada levaria a um desembolso de R\$ 204.000,00/ano.

A Comercialização na CeasaMinas em 2020 - A CeasaMinas é a única Ceasa do Brasil que possui um mix de produtos incluindo toda a cadeia de produtos ligados ao abastecimento alimentar. Estão instaladas, somente, no entreposto da Grande BH, via concessão de uso, segundo o Departamento de Operações de Mercado, 519 empresas concessionárias atuando em segmentos de comércio de frutas, legumes e verduras, cereais, autoatocado e serviços complementares. Este perfil diversificado garante à empresa uma relevante contribuição na política de segurança alimentar brasileira. Considerando que Minas Gerais é um estado de dimensão expressiva, parte significativa de seus 853 municípios tem na produção agrícola sua principal atividade econômica. Neste sentido, os entrepostos da CeasaMinas figuram como ponto essencial no acesso ao mercado para os produtores destes locais e, consequentemente, para a geração de emprego e renda.



entrepostos da CeasaMinas também foram comercializados itens provenientes de países: Brasil, Chile e Argentina. O Estado de São Paulo continua sendo um forte fornecedor ao complexo CeasaMinas, ficando abaixo apenas do Estado de Minas Gerais. Em 2020, as ofertas provenientes daquele estado, foram responsáveis por mais de 10% do abastecimento das unidades. No mesmo contexto, ofertantes do estado da Bahia comercializaram quase 5% de todo o volume transacionado. No intuito de se manter como esse elo de ligação entre a produção e o consumidor final, em 2020 a CeasaMinas deu continuidade ao seu Planejamento Estratégico implantado em 2019. Em razão COVID-19, muitas programações tiveram que ser reprogramadas para 2021, mesmo com a previsão de um cenário ainda com restrições. Esses indicadores estão relacionados com treinamento, capacitação e instruções que envolvem empresas ou profissionais externos: • Levantamento de avaliação de fluxos e processos, Indicador estratégico: Percentual de registro de procedimentos; • Capacitação de Recursos Humanos, Indicador estratégico: Percentual de empregados treinados por ano. Três indicadores tiveram que ser mensurados em dezembro de 2020 por estimativa em razão da periodicidade em que os dados são processados. Importante salientar que estes indicadores serão corrigidos com a informação real no primeiro trimestre de 2021. • Aprimorar equilíbrio financeiro, aumentar receita e aprimorar rentabilidade e liquidez, Indicador estratégico: Transferência da RDC ao Mercado; • Aprimorar equilíbrio financeiro, aumentar receita e aprimorar rentabilidade e liquidez, Indicador estratégico: Percentual de inadimplência; • Prover a gestão sustentável e Infraestruturas: em Patrimônio imóvel, Indicador estratégico: Percentual de investimento em infraestruturas. Quanto ao indicador prover a gestão sustentável e Infraestruturas: em Patrimônio imóvel, Indicador estratégico: Percentual de investimento em infraestruturas foi considerado insatisfatório, pois havia uma dotação aprovada no orçamento de investimento no montante de R\$ 1.500.000,00 e sua realização em 31/12/2020 foi de R\$ 82.806,00 que representa 5,52%. A Meta do treinamento geral não foi atingida, principalmente, em consequência da Pandemia da COVID-19, que culminou em significativas adaptações das empresas que oferecem treinamentos, sendo que a oferta de cursos de capacitação diminuiu consideravelmente neste ano de 2020. Cabendo ressaltar que, mesmo diante do cenário apresentado, a empresa conseguiu capacitar 73 funcionários, custeando cursos em áreas com licitações e contratos, gestão de projetos, contábil fiscal, capacitação para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e governança das empresas estatais. O desembolso na estatal em 2020 com instrução e treinamento atingiu o montante de R\$ 41.193,68. A CeasaMinas busca firmemente criar condições ideais de comercialização, porque entende que ao contribuir para chegar ao consumidor final produtos de qualidade a preços acessíveis. Nesse sentido, o norteamento das ações da Estatal para 2021 continuará sendo a busca pela continuidade desse espaço próprio para o escoamento da produção mineira e nacional com o intuito de minimizar o impacto dos preços na inflação local, regional e nacional, preservando o poder de compra da população. Para tanto através de seu Planejamento Estratégico e Plano de Negócios irá trabalhar indicadores para aumentar o posicionamento da marca CeasaMinas como Central Diversificada (atualmente a CeasaMinas é a única ceasa do Brasil que possui um mix de produtos que inclui toda a cadeia de produtos ligados ao abastecimento alimentar - comércio de frutas, legumes e verduras, cereais, auto-atocado e serviços complementares); para a disseminação das políticas públicas de abastecimento e inteligência de mercado através da expansão do número de agentes sensíveis por meio de reuniões, palestras, seminários e treinamentos e; implantação/ adequação dos sistemas de informação de mercado para que os agentes que comercializam nos entrepostos da CeasaMinas tenham o suporte de informação necessário para suas tomadas de decisão no planejamento da produção e o equilíbrio dos preços praticados.

Declaração da Diretoria

Os itens apresentados no presente Relatório exemplificam as inúmeras ações realizadas pelas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A. – CeasaMinas – no ano de 2020 e que atestam o empenho da atual Diretoria Executiva desta Estatal e de todo o seu corpo funcional, a confiança e zelo dos I. Conselhos de Administração e Fiscal e o apoio do I. Órgão Superior – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA -, sempre comprometidos com a busca dos melhores resultados, a ética, a responsabilidade social e em conformidade com os princípios legais, sem os quais não seria possível alcançar os resultados ora apresentados.

Em observância às disposições constantes no inciso I do artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data.

Contagem, 17 de março de 2021.

ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	Notas explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida		55.758.465	54.316.377
Serviços e Concessionários de Uso	20	55.758.465	54.316.377
Dedução da Receita Bruta		(3.854.971)	(4.329.236)
Imposto Faturado		(3.850.736)	(3.743.518)
Serviços Cancelados		(4.235)	(585.718)
Lucro bruto		51.903.494	49.987.141
(Despesas) receitas operacionais		(41.612.629)	(41.226.831)
Despesas gerais e administrativas	21	(23.568.582)	(25.956.399)
Despesas de serviços e seguros	22	(10.456.897)	(11.839.930)
Participação dos empregados e Administradores		(402.838)	(365.824)
Outras receitas operacionais		-	31.114
Outras despesas operacionais		(7.446.423)	(3.709.851)
Reversão de Despesas		262.111	614.059
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		10.290.865	8.760.310
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	23	(427.948)	(248.794)
Receitas financeiras	23	1.565.816	1.632.186
		1.137.868	1.383.392
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		11.428.733	10.143.702
(-) Contribuição social	24	(1.646.510)	(1.088.096)
(-) Imposto de renda	24	(4.376.954)	(2.894.356)
Lucro líquido do exercício		5.405.269	6.161.250
Lucro por ação		1,0775	1,2282
As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	5.405.269	6.161.250
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente de exercício	5.405.269	6.161.250
As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.		

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

Página 3/3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em Reais)

17.5. Principais demandas judiciais classificadas como perda possível - Demandas judiciais cíveis e trabalhistas: A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos e corpo técnico competente, classificou essas demandas judiciais como de probabilidade de perda possível e as respectivas provisões de contingências são dispensadas de constituição de provisão. 1) Cível - Processo n. 0079-08457754-7 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pago o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.840.319, (dois milhões e oitocentos e quarenta mil e trezentos de dezenove reais). 2) Cível - Processo n. 0079.07.36146-2 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG: Demanda judicial de caráter indenizatório ajuizada por Concessionário para ressarcimento de alegadas perdas decorrentes do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. Valor R\$ 2.435.018 (dois milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil e dezoto reais). 3) Cível - Processo n. 0024.98.063208-7, áreas de 49.500 m2 dado em garantia (Uberlândia/MG). Relativos a essa natureza de ordem patrimonial, material, trabalhistas e indenizatórias. Sem valor nominal conhecido.

18. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservas Lei 12.422/96 –MG) - O Decreto Estadual nº. 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais, a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres do Produtor de Minas Gerais. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013, (i) foi segregado do patrimônio líquido da Companhia o valor referente ao Estado de Minas Gerais, que, então, foi transferido para esta rubrica o valor de R\$ 6.305.071 (seis milhões e trezentos e cinco mil e setenta e um reais), em contrapartida ao ativo imobilizado constante da Nota 10 acima elencada.

19. Patrimônio líquido - 19.1. Capital social - O capital social da Companhia realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 26.137.900,22 (vinte e seis milhões e trinta e sete mil e novecentos reais e vinte e dois centavos) representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte/ MG registrada no Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante aos acionistas minoritários.

Acionista	Número de Ações	Participação %	Valor (R\$)
União Federal	4.994.632	99,57	26.024.794
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	19.152	0,38	99.792
Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	2.549	0,05	13.282
Rondon Pacheco	1	-	5,2
Alysson Paulinelli	1	-	5,2
Abílio Machado	1	-	5,2
Fernando Antônio R. Reis	1	-	5,2
Luiz Fernando Cirne Lima	1	-	5,2
Victor de Andrade Brito	1	-	5,2
Total	5.016.339	100	26.137.900

19.2. Reserva legal - A reserva legal da Companhia foi constituída à razão de 5% do lucro apurado nos exercícios, em atendimento ao disposto no artigo 55, inciso II, do seu Estatuto Social Em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal totalizou o montante acumulado de **R\$ 2.217.047**, (dois milhões duzentos e dezessete mil e quarenta e sete reais). **19.3. Reserva de lucro para expansão** - O saldo, em 31 de dezembro de 2020, da conta "reserva de lucro para expansão" da Companhia equivale ao resultado das suas operações e está contabilizado na respectiva conta. Aludido saldo está também vinculado aos novos investimentos do exercício, presente e passados. O valor acumulado, em 31 de dezembro de 2020, é de **R\$ 14.926.682** (quatorze milhões e novecentos e vinte seis mil e seiscentos e oitenta e dois reais), está à disposição para investimentos. **19.4. Dividendos propostos** - Os "dividendos propostos" foram calculados com base no artigo 55, inciso III do Estatuto Social da Companhia (que prevê 25% do lucro líquido com dedução das reservas legais).

Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	5.405.289
(-) 5% Reserva legal	(270.263)
(-) Lucro distribuível em 31 de dezembro de 2020	5.135.006
Dividendos totais em 31 de dezembro de 2020 (25%)	1.283.751
(+) Dividendos de exercícios anteriores	24
(=) Dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020	1.283.775

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalvas - Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS ("CEASAMINAS" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para a opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas: 1. Imobilizado - a) **Controle patrimonial do ativo imobilizado:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 10, a Companhia possui o valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 26.286.154 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 27.480.244 em 2019). A Companhia não possui controle patrimonial adequado sobre os bens registrados no ativo imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020. b) **Taxas de depreciação:** Conforme mencionado na Notas Explicativa 3.3, a Companhia deprecia os bens do ativo imobilizado de acordo com as taxas fiscais de depreciação determinadas pela Secretaria da Receita Federal - SRF. O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado requer que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil econômica dos bens. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos dessa alteração no valor contábil do imobilizado apresentado no balanço patrimonial e da respectiva depreciação alocada no resultado do exercício na rubrica "despesas gerais e administrativas" em 31 de dezembro de 2020. c) **Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado:** A Companhia não elaborou estudo conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos caso a Companhia tivesse elaborado tal estudo.

2. Provisão para contingências - Conforme mencionado na Nota Explicativa 17, a Companhia possuía registrado na rubrica de provisão para contingências o montante de R\$ 9.256.818 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.690.347 em 31 de dezembro de 2019). Contudo, a Companhia não possui controles internos e relatórios que suportem o montante registrado contabilmente, bem como as informações descritas em nota explicativa conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria sobre o saldo registrado contabilmente da provisão para contingências e da respectiva despesa alocada no resultado do exercício na rubrica "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2020. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta		
Serviços prestados	55.758.465	54.316.377
Venda de produtos	55.758.465	54.316.377
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre serviços prestados e vendas	(3.850.736)	(3.743.518)
Serviços cancelados	(4.235)	(585.718)
Receita operacional líquida	51.903.494	49.987.141

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da receita operacional bruta foi a seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Tarifa de Uso – Boxe	31.282.192	30.935.533
Tarifa de Transferência	2.494.766	1.158.160
Tarifa de Administração	2.355.170	2.477.271
Processos Licitatórios	7.555.217	7.030.645
Estacionamento	522.257	549.497
Recargas dos MLP's	11.548.863	12.165.271
Total	55.758.465	54.316.377

20.1. Tarifa de Uso - Boxe - A Receita operacional bruta relativa à Tarifa de Uso – Box registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2019 e 2020 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.668/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. Por motivo de enfrentamento a pandemia mundial do coronavírus COVID-19 não houve correção monetária da receita prevista em contrato no exercício. **20.2. Tarifa de Transferência** - A receita operacional líquida relativa à "tarifa de transferência" se refere à receita havida com a transferência, por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço. **20.3. Tarifa de Administração** - A receita operacional líquida relativa à "Tarifa de Administração" é a arrecadada pela Companhia para administração do condomínio. **20.4. Processos Licitatórios** - A receita operacional líquida relativa aos "Processos Licitatórios" decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia. **20.5. Estacionamento** - A receita operacional líquida relativa ao "Estacionamento" é constituída pela cobrança para utilização de espaços destinados a estacionamento nos entrepostos da Companhia. **20.6. Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** - A receita operacional líquida relativa às "Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's" se referem à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor – MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas "Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's" constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor – MLP's existentes na Companhia.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal (salários, gratificações, férias e 13º salário)	(14.058.706)	(15.055.682)
Encargos sociais	(4.801.381)	(5.309.605)
Outros proventos	(2.640.774)	(3.128.176)
Impostos e taxas	(293.964)	(647.711)
Material de consumo	(259.464)	(276.596)
Despesas de depreciação	(1.397.512)	(1.416.109)
Despesas de amortização	(116.781)	(122.520)
Total	(23.568.582)	(25.956.399)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Serviços técnicos profissionais	(2.718.841)	(2.957.735)
Energia elétrica	(16.579.004)	(15.805.599)
Guarda e vigilância	(2.529.890)	(2.946.612)
Serviços de limpeza	(1.297.312)	(2.237.609)
Outras	(5.353.138)	(4.484.786)
Total das despesas	(28.478.185)	(28.432.343)
Recuperação de despesas	18.021.286	16.592.413
Despesas líquidas do exercício	(10.456.897)	(11.839.930)

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases - 1. Programa acional de desestatização – PND: Conforme mencionado na Nota Explicativa 27, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização – pelo Decreto – PND no 3.654, de 07 de novembro de 2000, com vista à sua privatização.

Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas demonstrações financeiras da mesma.

2. Terreno Estado de Minas Gerais

Conforme Nota Explicativa 10.1, a Companhia, ocupa um terreno com área total de 2.286.000 metros quadrados, nas margens da rodovia BR 040, no município de Contagem – MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações financeiras esta situação estava pendente de regularização legal e contábil. Em 22 de janeiro de 2021, foi lavrada escritura pública em cartório de Contagem/MG, onde o Estado de Minas Gerais, transfere o terreno por direito real de propriedade à Companhia o imóvel onde se encontra instalada, sem valor nominal.

3. Cobertura de seguros - Conforme Nota Explicativa 26, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade civil e ações trabalhistas. Chamamos a atenção que a Companhia não possui cobertura de seguro para os ativos imobilizados mencionados na Nota Explicativa 10.

Outros assuntos - 1. Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Auditoria do exercício anterior - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 04 de março de 2020 com modificações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando,

deste Conselho, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício de 2020, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, a proposta de Destinação do Lucro Líquido da Diretoria ao Conselho de Administração do Exercício de 2020, o Relatório de Administração 2020 e Orçamento de Investimento 2021, todos da CEASAMINAS, e manifestam pelo encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 27.04.2021. O Conselheiro Heronilton dos Santos Silva votou pela **NÃO** aprovação dos demonstrativos.

de destinação do lucro líquido encaminhada pela Diretoria ao Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tendo como fundamento o Parecer da empresa TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. de 17 de Março de 2021, sobre as Demonstrações Contábeis, o Parecer emitido pelo Conselho de Administração e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutária, ambos de 24 de Março de 2021, manifesta-se pelo encaminhamento da referida documentação à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, porém, mantendo as ressalvas constantes do parecer emitido pela Auditoria Independente".

As "despesas de seguros e serviços" se referem aos valores das despesas operacionais relacionadas com as receitas exclusivas dos permissionários que foram reembolsados, tais como, energia elétrica, água, dentre outras.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
23. Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	401.697	626.914
Variações monetárias ativas	338.115	223.842
Receitas multas contratuais	229.037	282.192
Descontos obtidos	55.559	88.173
Juros ativos	438.708	305.475
Outras receitas financeiras	102.700	105.590
Total de receitas financeiras	1.565.816	1.632.186
Despesas financeiras:		
Variações monetárias passivas	(34.900)	(35.616)
Despesas bancárias	(55.131)	(40.784)
Juros passivos	(40.824)	(50.711)
Descontos concedidos	(291.535)	(93.201)
Multas contratuais e atraso	(1.953)	(13.771)
Outras despesas financeiras	(3.604)	(14.713)
Total de despesas financeiras	(427.948)	(248.794)
Resultado financeiro líquido	1.137.868	1.383.392

24. Imposto de Renda e Contribuição Social - A (i) conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e (ii) os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão abaixo demonstrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11.428.733	10.143.702
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	3.885.769	3.448.859
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:		
(+) Adição	2.404.880	717.742
(-) Exclusão	(388.626)	(246.954)
(+) Outros	121.441	(62.805)
Imposto de renda e contribuição social	6.023.464	3.982.452
Taxa efetiva	53%	39%

26. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

Descrição	Limite máximo de
Indenização	
Responsabilidade Civil Diretores	10.000.000
Demanda Trabalhista	5.834.000
Demanda Trabalhista	296.996
Total	16.130.996

27. Programa Nacional de Desestatização - PND - A Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, com vista à sua desestatização. Em 2020, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, dentro de sua esfera de competência e mediante a contratação de empresas especializadas, deu andamento aos estudos que indicarão o melhor e apropriado modelo para desestatização desta Companhia. Elaborada a presente Nota Explicativa, permanecemos à disposição para todos os esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Contagem, 16 de Março de 2021.

Administradores	
Guilherme Caldeira Brant Diretor Presidente CPF 30.585.546-80	Juliano Maquiaveli Cardoso Diretor Financeiro CPF 774.611.776-72
Ivagner Ferreira Júnior Diretor Técnico Operacional CPF 131.083.956-53	Názio Veloso da Silva CRC/AM 006457/O-0 T-MG Contador CPF 357.779.316-34

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo essa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2021.

TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC 2SP-03.22.67/O-1
Octavio Romeu Roland Neto Contador CRC- 1MG080487/O-4

Contagem, 24 de março de 2021.

Rodolfo de Souza Senra – Conselheiro
Edimilson Alves – Conselheiro
Henrique Augusto Mourão – Conselheiro
Heronilton Santos Silva – Conselheiro
Márcio Cândido Alves – Conselheiro

Contagem – MG, 25 de Março de 2021.

HILTON FERREIRA DOS SANTOS Conselheiro
LIZANE SOARES FERREIRA Conselheira

PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ 76.033.539/0001-09
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam os senhores acionistas convocados para a A.G.O. da PARANASA ENGENHARIA E COMERCIO S/A, a realizar-se na sede social sita à Rua Prof. Magalhães Drumond, 218, Bairro Sto Antônio, BH/MG às 9:00 hs do dia 30/04/2021, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem mais de 50% do capital social ou, em 2ª convocação às 10:00 hs, com qualquer número de acionistas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020; **b)** Destinação dos resultados; **c)** Fixação dos honorários da diretoria; **d)** Outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 19 de abril de 2021. aa) Diretoria.

GOUVEA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A
CNPJ nº 11.301.096/0001-44 - NIRE JUCEMG 31300093263
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DE DIRETORIA
Ficam convocados os senhores acionistas da Gouvea Empreendimentos e Participações Societárias S/A para se reunirem em Assembleia de eleição de diretoria, a se realizar às 10 hs, do dia 29 de abril de 2021, na Rua Buenos Aires, nº 10, Sala 1002, Bairro São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.315-570, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Eleição de Diretoria. Não havendo quórum suficiente para a instalação da Assembleia de Eleição de Diretoria, em 1ª convocação, fica desde já estabelecido que esta se reunirá, em 2ª convocação, 30 (trinta) minutos após o horário marcado.
Belo Horizonte, 20 de abril de 2021.
CLAUDIO CAPANEMA LOPES GOUVEA
Diretor Presidente da Gouvea Empreendimentos e Participações Societárias S/A.